

# O REFLEXO DO NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

**Autor: Eduardo França do Nascimento**

E-mail: [eduardofranka@hotmail.com](mailto:eduardofranka@hotmail.com)

**Autora: Andreza Sumára Gomes dos Santos Roman**

E-mail: [andrezasumara@gmail.com](mailto:andrezasumara@gmail.com)

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

III Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2023

**Resumo.** *Ao analisar a conjuntura brasileira, pode-se identificar a inserção acentuada do neoliberalismo através do desmonte dos direitos e das políticas públicas sociais. Desfigurando os sistemas de proteção social e aumentando as desigualdades e o empobrecimento da sociedade brasileira. Diante disto, o presente estudo tem por objetivo geral discutir, ainda que brevemente, os reflexos do Neoliberalismo voltado para as políticas públicas no Brasil. Para atender o propósito geral desta pesquisa, dividimos o estudo em duas partes. Na primeira parte, apresentamos uma breve revisão das políticas públicas no Brasil. Na segunda parte, discute os reflexos do neoliberalismo voltados para as políticas públicas. De caráter teórico-bibliográfico, a pesquisa toma como principais referências as contribuições de David Harvey, Pierre Dardot e Christian Laval, Celina Souza e Marta Arretche para problematizar o neoliberalismo e as políticas públicas. Concluiu-se que o neoliberalismo produz e acentua desigualdades, com o discurso de responsabilidade pessoal e competição no mercado em torno da liberdade individual, excluindo e exterminando os indesejáveis, aqueles que não foram capazes de conseguir por conta própria serem seus chefes. Ademais, compreendemos a necessidade de que haja uma inquietação por mudanças e de que se reconheça a necessidade de uma boa racionalização da governança em fazer com que as políticas públicas, além de mais justas e equitativas, sejam mais bem planejadas e desenhadas.*

**Palavras-chave:** *Neoliberalismo. Políticas públicas. Desigualdades.*

**Abstract.** *When analysing the Brazilian situation, one can identify the accentuated insertion of neoliberalism through the dismantling of rights and social public policies. Disfiguring social protection systems and increasing inequalities and impoverishment of Brazilian society. In view of this, the present study aims to discuss, albeit briefly, the reflexes of Neoliberalism focused on public policies in Brazil. To fulfil the general purpose of this research, we divided the study into two parts. In the first part, we present a brief review of public policies in Brazil. The second part discusses the reflexes of neoliberalism*

*on public policies. The research is theoretical and bibliographical in nature, taking as its main references the contributions of David Harvey, Pierre Dardot and Christian Laval, Celina Souza and Marta Arretche to problematise neoliberalism and public policies. It was concluded that neoliberalism produces and accentuates inequalities, with the discourse of personal responsibility and competition in the market around individual freedom, excluding and exterminating the undesirables, those who were not able to make it on their own to be their own bosses. Furthermore, we understand the need for a restlessness for change and the recognition of the need for good governance rationalisation in making public policies not only fairer and more equitable but also better planned and designed.*

**Keywords:** *Neoliberalism. Public policies. Inequalities.*

**Resumen:** *Al analizar la situación brasileña, se puede identificar la acentuada inserción del neoliberalismo a través del desmantelamiento de derechos y políticas públicas sociales. Desfigurando los sistemas de protección social y aumentando las desigualdades y el empobrecimiento de la sociedad brasileña. En vista de ello, el presente estudio tiene como objetivo discutir, aunque sea brevemente, los reflejos del Neoliberalismo enfocados en las políticas públicas en Brasil. Para cumplir con el propósito general de esta investigación, dividimos el estudio en dos partes. En la primera parte, presentamos una breve revisión de las políticas públicas en Brasil. La segunda parte discute los reflejos del neoliberalismo en las políticas públicas. La investigación es de carácter teórico y bibliográfico, tomando como principales referencias las contribuciones de David Harvey, Pierre Dardot y Christian Laval, Celina Souza y Marta Arretche para problematizar el neoliberalismo y las políticas públicas. Se llegó a la conclusión de que el neoliberalismo produce y acentúa las desigualdades, con el discurso de la responsabilidad personal y la competencia en el mercado en torno a la libertad individual, excluyendo y exterminando a los indeseables, aquellos que no fueron capaces de salir adelante por sí mismos para ser sus propios jefes. Además, comprendemos la necesidad de una inquietud por el cambio y el reconocimiento de la necesidad de una racionalización del buen gobierno para que las políticas públicas sean no sólo más justas y equitativas, sino también mejor planificadas y diseñadas..*

**Palabras clave:** *Neoliberalismo. Políticas públicas. Desigualdades..*

## **Introdução**

O que trazemos para partilhar, neste breve estudo, não é o resultado de uma pesquisa de mestrado ou de doutorado. Trata-se de um trabalho realizado especialmente para a disciplina “Tópicos Especiais em Políticas da Educação” no doutorado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). A partir das intenções de apresentar um artigo, cuja ênfase fosse o diálogo sobre duas unidades do programa da disciplina.

Dessa forma, propusemo-nos a realizar um artigo que não seja apenas um conjunto de conceitos e teorias, mas que de fato possa acrescentar contribuições ao campo científico. Nesse sentido, buscamos demonstrar como o neoliberalismo produz e acentua

desigualdades, com o discurso de responsabilidade pessoal e competição no mercado em torno da liberdade individual.

Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016), a liberdade originalmente prometida pelo neoliberalismo é paradoxalmente subvertida na medida em que os cidadãos são tratados como empresas. Assim, ao libertar o indivíduo das amarras da regulação estatal, ele se compromete com o bem-estar geral da nação e, portanto, se sacrifica em nome do crescimento econômico (Dardot; Laval, 2016).

Diante disso, o neoliberalismo desenvolve tamanha complexidade ao se tornar difícil em mensurar sua interferência no âmbito das políticas estatais e na esfera individual dos cidadãos. Além disso, tem como premissa o Estado mínimo, à medida em que o Estado neoliberal reduz os recursos de investimentos, principalmente com as políticas públicas, para direcionar a responsabilidade pelo bem-estar ao próprio indivíduo (Dardot; Laval, 2016).

De acordo com Oliveira (2006, p.14):

A defesa do Estado Mínimo se legitima na ideia de limitar qualquer possibilidade de interferência na liberdade dos indivíduos, devendo o Estado proteger fundamentalmente a liberdade e a propriedade individual, com primazia sobretudo da esfera econômica. A esta teoria alia-se ainda a ideia de incapacidade dos governos democráticos em dominarem os conflitos sociais iminentes de uma sociedade desigual e complexa, dando legitimidade à suposta necessidade de limitar a intervenção estatal. É, em meio a toda esta conjuntura que a complexificação das relações entre Estado e Sociedade coloca um novo patamar na discussão político-societária e na elaboração de políticas públicas, sobretudo a partir da emergência de uma perspectiva estratégica que prima pela sustentabilidade do desenvolvimento.

Desta maneira, a construção do desenvolvimento começa a ser entendida não como uma questão estritamente econômica, mas pelo estabelecimento de vários ideais de desenvolvimento que permitem a liberdade, os direitos e a plena realização dos indivíduos. A partir desse momento, a consolidação democrática e a cidadania precisavam ser fortalecidas na base, e a forma de se fazer isso está diretamente ligada com a relação entre o Estado e a sociedade.

Segundo Costa (2009, p.5):

A Reforma do Estado contempla transformações que se dão nas suas relações com a sociedade, na configuração de seu aparelho e das suas práticas de gestão. Ela tem, assim, pelo menos quatro dimensões importantes: a cidadania, a democracia, a governabilidade e a governança.

Essa citação permite compreender como a Reforma do Estado contribuiu para a construção do campo das políticas públicas. De acordo com Melo (1999), a construção histórica da agenda de políticas públicas no Brasil pode ser identificada e dividida em duas

etapas: uma baseada nas transformações das políticas sociais e a crítica ao regime autoritário sobre a política social, e a segunda etapa, pós-1988, que trouxe para o debate questões mais administrativas ligadas aos impactos e estruturas do Estado, Governo e Políticas Públicas.

A partir de 1980 as políticas públicas tiveram um *boom* impulsionado pela transição democrática, principalmente voltadas às questões de centralização e descentralização e nas propostas de reforma do Estado (Arretche, 2003). Desde então, o campo das políticas públicas que se consolidou no Brasil, ao contrário do que acontecia no exterior, se deu de forma a entender um novo tipo de Estado e de governo que, através das políticas públicas, buscava uma melhor racionalização da administração pública (Brasil; Capella, 2016).

Neste sentido, o presente estudo tem por objetivo geral discutir, ainda que brevemente, os reflexos do Neoliberalismo voltado para as políticas públicas no Brasil. Dito isso, a temática deste estudo justifica-se por abordar uma questão socialmente relevante: porque nos últimos quatro anos, o Brasil passou por reviravoltas econômicas, políticas e sociais que procuravam destituir esse conjunto de direitos e de oportunidades recentemente construídas no país. É diante desse cenário, que nasce a presente pesquisa, fragmentada nas seguintes questões: Como surgiu a área de políticas públicas no Brasil? Quais são os reflexos do neoliberalismo nas políticas públicas?

Para responder a tais questionamentos, nós traçamos a seguir duas etapas. Na primeira parte, apresentamos uma breve revisão das políticas públicas no Brasil. A segunda parte, discute os reflexos do neoliberalismo voltados para as políticas públicas. Nesse sentido, a pesquisa toma como principais referências as contribuições de David Harvey, Pierre Dardot e Christian Laval, Celina Souza e Marta Arretche para problematizar o neoliberalismo e as políticas públicas.

### **Políticas Públicas no Brasil**

No final do século XX, com o aprofundamento da crise do *welfare state*, com as convulsões econômicas, sociais e políticas enfrentadas, sobretudo a partir do final da década de 1970, junto com o movimento da nova administração pública, o Estado é fortemente questionado tanto em suas funções quanto na real eficácia de suas ações interventoras na realidade social (Arretche, 2003).

Segundo Faria (2003), em seus primórdios, as políticas públicas eram consideradas quase exclusivamente *outputs* do sistema político, o que justificava o fato de a atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos *inputs*, isto é, nas demandas e articulações de interesse.

Dessa forma, antes que a análise de políticas públicas fosse reconhecida como uma subárea da ciência política,

a ênfase dos estudos recaía, como em larga medida ainda hoje, diga-se de passagem, nos processos de formação das políticas públicas, o que parece refletir o status privilegiado que os processos decisórios sempre desfrutaram junto aos profissionais da área (Faria, 2003, p. 21).

Segundo Celina Souza (2006, p. 21-22):

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. [...] A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público.

O campo das políticas públicas apresenta quatro grandes fundadores: H. Laswell, que introduz o termo análise de políticas públicas (*policy analysis*); H. Simon, que introduziu o conceito de racionalidade limitada dos tomadores de decisão (*policy makers*); C. Lindblom, que desafiou a ênfase de Laswell e Simon no racionalismo e propôs a inclusão de outras variáveis na formulação e análise de políticas públicas; e D. Easton, que contribuiu para o campo ao definir a política pública como um sistema (Souza, 2006).

Notadamente, não existe uma única ou melhor definição do que seja política pública, segundo Souza (2006, p. 4):

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Em suma, trata-se do “campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (Souza, 2006, p.5).

Finalmente, depois de desenhadas e formuladas, as políticas públicas se desenvolvem em planos, programas, projetos, bancos de dados ou sistemas de informação e pesquisa. Quando postas em ação, são implementadas e posteriormente sujeitas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Dentro do campo específico da política pública, a implementação se refere como está sendo posta em prática, ou seja, à transformação da política em ação. De acordo com Souza (2006, p.19), a “implementação tem se constituído na subárea ou fase da política pública que menos tem recebido atenção, tanto de trabalhos acadêmicos como dos próprios governos”.

É importante ressaltar, que nem sempre os problemas de implementação estão situados no seu desenho, nas questões organizacionais e gerenciais. “Existe uma miríade de variáveis que também impactam a política pública e somente estudos de caso específicos podem identificá-las” (Souza, 2006, p.19).

Outro aspecto essencial das políticas públicas é avaliação, segundo Souza (2006, p. 23) “a avaliação se concentra nos desdobramentos da política pública, ou seja, legislação/planos/programas/projetos que dela resultam, embora a formulação inicial da política pública deva guiar a avaliação dos seus desdobramentos”.

No próximo tópico abordar-se-á sobre os reflexos do Neoliberalismo voltado para as políticas públicas no Brasil.

### **Os reflexos do Neoliberalismo voltado para as políticas públicas**

Ao analisar a conjuntura brasileira, pode-se identificar a inserção acentuada do neoliberalismo através do desmonte dos direitos e das políticas públicas sociais. Desfigurando os sistemas de proteção social e aumentando as desigualdades e o empobrecimento da sociedade brasileira, norteado pelos grandes conglomerados financeiros que emanam dos países capitalistas centrais.

Segundo Harvey (2008), o neoliberalismo é um projeto político que surgiu a partir do colapso da década de 1970, quando o domínio da classe capitalista corporativa se sentiu ameaçado e buscou mecanismos para combater o poder e a estagnação da classe trabalhadora.

A crise da acumulação do capital na década de 1970 afetou a todos por meio da combinação de desemprego em ascensão e inflação acelerada. A insatisfação foi generalizada, e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alternativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra. Partidos comunistas e socialistas ganhavam terreno, quando não tomavam o poder, em boa parte da Europa, e mesmo nos Estados Unidos forças populares agitavam por amplas reformas e intervenções estatais. Havia nisso uma clara ameaça política às elites econômicas e classes dirigentes em toda parte, tanto em países capitalistas avançados (como a Itália, a França, a Espanha e Portugal) como em muitos países em desenvolvimento (como o Chile, o México e a Argentina) (Harvey, 2008, p. 14-15).

Assim, para enfrentar a crise, o capital reage para manter-se em sua hegemonia e para ampliar os níveis do lucro, os neoliberais particularmente defendem segundo Harvey (2008, p.76):

Ativos na promoção da privatização de ativos. A ausência de claros direitos de propriedade - como sucede em muitos países em desenvolvimento - é julgada uma das maiores barreiras institucionais ao desenvolvimento econômico e à melhoria do bem-estar humano. O reconhecimento e a atribuição de direitos de propriedade são tidos como a melhor maneira de proteger as pessoas da chamada "tragédia dos bens comuns". A tendência de superexploração por alguns indivíduos de bens comuns a todos como a terra e a água. Setores antes geridos ou regulados pelo Estado têm de ser passados à iniciativa privada e desregulados (libertos de todo tipo de interferências). A competição - entre indivíduos, entre empresas, entre entidades territoriais (cidades, regiões, países, grupos regionais) - é considerada a virtude primordial. Naturalmente, as regras de base da competição no mercado têm de ser adequadamente observadas. Em situações nas quais essas regras não estejam claramente estabelecidas, ou em que haja dificuldades para definir os direitos de propriedade, o Estado tem de usar seu poder para impor ou inventar sistemas de mercado (como a negociação de direitos de poluição). Afirma-se que a privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos - tanto os custos diretos ao consumidor (graças a mercadorias e serviços mais baratos) como, indiretamente, mediante a redução da carga de impostos.

Dessa forma, os menores investimentos em políticas públicas e as articulações em torno das políticas de austeridade “dão seguimento a uma espiral recessiva e incontrolada nos países, acompanhando diretamente o crescimento das desigualdades (Ferrajoli, 2015, p. 158).

Nesse sentido, as políticas conservadoras neoliberais firmaram-se segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 187):

Com slogans frequentemente simplistas dessa nova direita ocidental são conhecidos: as sociedades são sobretaxadas, super-regulamentadas e submetidas às múltiplas pressões de sindicatos, corporações egoístas e funcionários públicos. [...] E questionaram profundamente a regulação keynesiana macroeconômica, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados (Dardot; Laval, 2016, p. 187).

A partir daí, há que se considerar a existência de toda uma narrativa de legitimação neoliberal historicamente construída também no senso comum, em torno da ideia de que o Estado Social é o culpado pela catástrofe econômica que os países vêm enfrentando.

Desse modo, ao dar espaço a essas camadas dominantes, a premissa do neoliberalismo, o Estado mínimo, se exerce no que diz respeito às políticas públicas sociais, à medida em que o Estado neoliberal reduz os recursos pessoais para direcionar a responsabilidade pelo bem-estar ao próprio indivíduo (Dardot; Laval, 2016). Ou seja, diminui seu papel em áreas como assistência à saúde, a educação, o transporte público e a assistência social, utilizando-se como preposição a sentença do fracasso individual e da meritocracia.

Desta maneira, o neoliberalismo inicia sua consolidação por meio de discursos que definem o Estado como ineficiente, corruptível, fomentador de crises, dispendioso e vai cedendo lugar à lógica da mercantilização/financeirização, quando os direitos são tratados como mercadorias a serem obtidas via mercado.

Em síntese, o neoliberalismo se caracteriza como uma estratégia para superação da crise estrutural do capital, que tem como centralidade as privatizações, a mercantilização da vida e a liberalização de mercado (Harvey, 2008).

De acordo com Harvey (2013, p.20):

O Estado neoliberal, para além de seus traços específicos e a despeito de seu intervencionismo, continua a ser visto como um simples instrumento nas mãos de uma classe capitalista desejosa de restaurar uma relação de força favorável vis-à-vis aos trabalhadores e, desse modo, aumentar sua parte na distribuição de renda. O aumento das desigualdades e o crescimento da concentração de renda e patrimônio que podemos constatar hoje confirmam a existência dessa vontade inicial.

Sob a hegemonia neoliberal, a dinâmica dos direitos humanos (moradia, educação, saúde, lazer, cultura etc.) vai cedendo lugar à lógica da mercantilização/financeirização, quando os direitos são tratados como mercadorias a serem obtidas via mercado.

Desenvolvendo um grande desequilíbrio, no que tange aqueles que de fato tem acesso à todas as oportunidades e direitos que lhes são devidos, e aqueles que mesmo possuindo tais direitos, acabam sendo invisibilizados pelo Estado.

Mesmo que esses direitos estejam na Constituição Federal no sentido de salvaguardar uma existência digna para as pessoas. Entretanto, a grande maioria dos indivíduos sofrem com essas faltas em detrimento de uma minoria que detém alto poder aquisitivo. Portanto, as Políticas Públicas adentram o campo social e político com a



finalidade de garantir um determinado direito social, através da implementação de ações ou inações governamentais.

Por fim, a ideia de liberdade, é algo sedutor na compreensão do senso comum, sendo um botão mágico para que as elites ultraliberais possam pressionar as populações a fim de justificar, como temos visto há anos, as verdadeiras intenções veladas que geralmente são econômicas.

Segundo Harvey (2008), o pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pelas liberdades de mercado e de comércio é um elemento vital do pensamento neoliberal. Esses discursos são promovidos na sociedade pelas elites ultraliberais através do medo afirmando a implantação do socialismo no Brasil, que levaria à fome e à guerra civil como na Venezuela. Em 2019, ouvimos esse mesmo discurso na posse do ex-presidente brasileiro, enaltecendo o poder imperialista e diminuindo o poder do Estado e as políticas sociais em favor do mercado, ou seja, reforçando o desmonte dos direitos e das políticas sociais no Brasil.

### **Considerações finais**

O presente estudo teve como objetivo geral, discutir ainda que brevemente, os reflexos do Neoliberalismo voltado para as políticas públicas no Brasil. De modo geral, estima-se que o objetivo proposto foi alcançado, visto que foram elencados pontos importantes sobre como neoliberalismo produz e acentua desigualdades, excluindo e exterminando os indesejáveis, aqueles que não foram capazes de conseguir por conta própria serem seus chefes.

É preciso que o Estado, além de admitir o problema da desigualdade, aplique o efeito redistributivo em suas políticas, um efeito que significa não uma procura da igualdade, mas sim uma redução das desigualdades dentro de uma sociedade. Portanto, é necessário que o Estado, por meio de políticas públicas, se faça presente em ações no cotidiano da sociedade, essencialmente, nas comunidades de baixa renda, resgatando a juventude; possibilitando oportunidades de superação de sua condição de pobreza.

Ademais, compreendemos a necessidade de que haja uma inquietação por mudanças e de que se reconheça a necessidade de uma boa racionalização da governança, num governo democrático que necessita do respaldo da sociedade em fazer com que as políticas públicas, além de mais justas e equitativas, sejam mais bem planejadas e desenhadas.

## Referências

ARRETCHE, Marta T. S. “**Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas**”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, no.51, (pp. 7-10). São Paulo, ANPOCS, 2003.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gR4pxgbyns7R5hTKfmMDkxG/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**, v. 25, n. 1, p. 71-90, 2016. Disponível em:

[file:///C:/Users/User/Downloads/3710-8160-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/3710-8160-1-PB%20(1).pdf) . Acesso em: 27 jun. 2023.

COSTA, Frederico José Lustosa da. Estratégia, Reforma do Estado e Políticas Públicas no Brasil. **Perspectivas em Políticas Públicas** | Belo Horizonte | Vol. II| Nº 4 | P. 142-153 | jul/dez 2009. Disponível em:

<file:///C:/Users/User/Downloads/lucianasouza,+Journal+manager,+ponto1ppp4.pdf>.

Acesso em: 25 jun. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, Carlos A. P. “Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, nº. 51, fevereiro. (pp. 21-29). 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KwfGqdCrtDXgxRjDGgZPYjc/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 12 jun. 2023.

FERRAJOLI, Luigi. A Democracia através dos Direitos: o constitucionalismo garantista como modelo teórico e como projeto político. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2015.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Marcus A. “**Estado, Governo e Políticas Públicas**”. In Miceli, Sergio (org.). O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Vol. 3: Ciência Política. (pp. 59-99). São Paulo: Sumaré/Anpocs; Brasília: CAPES. 1999.

OLIVEIRA, Renata Guimarães. “**Políticas Públicas e Sustentabilidade**” - **Reforma do Estado e Políticas Públicas: avanços e retrocessos ao alcance da sustentabilidade**. v. 3, n. 2. 2006. Disponível em:

<file:///C:/Users/User/Downloads/adminccsa,+Gerente+da+revista,+01.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas**. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo, 2006. Disponível em:

<https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2023.